



Anais da Assembléia

Nº 96

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 90ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1.979

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Lineu Turra.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora CECÍLIA SILKA FIANKOVSKI, ocorrido no dia 17 último, na cidade de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dada ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Sr. Vadeco Fiankovski, no Bairro Bom Jesus, em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO RIVABEM, ocorrido no dia de ontem, no Município de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dada ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Sr. Airton Winheki, à Rua Presidente Kennedy, s/n, em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1.979

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, e depois de ouvido o Plenário, vem mui respeitosamente, REQUERER seja enviado requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, vasado nos seguintes termos:

O Deputado Estadual, EGON PUDELL, tem a elevada honra de vir à presença de Vossa Excelência, para encarecer-lhe a especial fineza de seus bons ofícios, no sentido de que não haja interrupção nos trabalhos do asfaltamento da estrada que liga Toledo à Santa Helena. Justifica-se a sua solicitação, pela circunstância da mesma servir áreas de grande produtividade agrícola do Oeste do Paraná, cujos transportes são feitos exclusivamente por rodovias.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1.979.

(a) EGON PUDELL

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do Expediente.

No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi.

O SR. CARLOS ZANLORENZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O dever de defender os interesses da população de Campo Largo, que tenho a honra de representar nesta Casa, força-me a contrariar a minha norma de conduta e a criticar a administração do meu município.

Eu não poderia ficar calado diante do que está sendo preparado, às custas do sofredor contribuinte campolarguense. Faço a denúncia e alerto os poderes competentes, para que impeçam o desfecho do caso.

O Prefeito Newton Luiz Puppi, está empenhando-se em obter financiamento do BNH no total de Cr\$ 155.000.000,00. A mensagem respectiva, remetida à Câmara Municipal, não especificou a finalidade dessa operação financeira. Aprovaram-na os vereadores, na suposição de que iriam ser executadas obras básicas de infra-estrutura, como serviços de água e esgotos, pavimentação de ruas, etc.

Surpreendeu a toda a comunidade a descoberta de que os Cr\$ 155.000.000,00 deverão ser aplicados na desapropriação de duas indústrias existentes no perímetro urbano, a Cerâmica Campo Largo e a Cerâmica Aurora.

Diz o Prefeito Puppi, que é sua intenção transformar uma delas em museu de cerâmica, e a outra em local de lazer para a população.

A idéia, em princípio, é aceitável, porquanto o museu por exemplo, é uma casa de cultura, e Campo Largo não pode esquecer o importante papel que tem desempenhado na história da cerâmica brasileira.

Um centro de lazer também é indicado. A técnica urbanística moderna preocupa-se com a humanização das cidades.

Campo Largo, no entanto, tem problemas prioritários de outra natureza, que falam mais de perto ao bem estar e à segurança do seu povo. Vivemos uma hora crucial de crise econômica, em que todo o Brasil está apertando o cinto, e evitando despesas supérfluas. Não é agora, pois, que a Prefeitura de Campo Largo deve insistir no financiamento de Cr\$ 155.000.000,00, para efetuar desapropriações perfeitamente adiáveis.

Se a Prefeitura dispusesse de recursos próprios, de recursos que estivessem sobrando, ainda seria admissível, embora não aconselhável, a desapropriação com pronto pagamento, daque-

las duas indústrias.

Como a Prefeitura não dispõe de tais recursos próprios recorre a um empréstimo de vulto.

Pergunto: Terá a Prefeitura condições financeiras para pagar, ao menos os juros e a correção monetária trimestral, originados dessa operação?

Admitamos, para exemplificar, que os juros serão de 1% ao mês, e que a correção monetária não exceda a 3% mensais, quando sabemos que os seus índices são muito elevados.

Pois bem!

Somados 1% de juros a 3% de correção monetária, teremos 4% ao mês, isto é, 4% sobre Cr\$ 155.000.000,00, ou sejam, Cr\$ 6.200.000,00. No trimestre, essa importância elevar-se-á para Cr\$ 18.600.000,00.

Fui Prefeito Municipal de Campo Largo, e sei muito bem que o município não terá condições financeiras para atender a esse compromisso, conquanto fossem deixadas de lado todas as outras despesas obrigatórias, como as de pessoal, obras públicas, material de expediente, combustível, conservação de veículos, aquisição de materiais diversos. A arrecadação mensal do município é inferior ao que teria de pagar, de juros e correção monetária sobre os Cr\$ 155.000.000,00.

Sabemos que as obras públicas, executadas na atual gestão municipal, o foram graças a recursos vindos do Governo do Estado. Com recursos municipais propriamente ditos, infelizmente nada foi feito, apenas o pagamento de funcionários ociosos com vencimento altíssimo.

Como é, então, que o Prefeito Puppi não leva em conta o sacrifício que não vai trazer benefícios maiores para o povo?

Em que mundo ele anda, para não hesitar em comprometer as finanças do município por largos anos consecutivos? Será que ele compartilha da opinião de que o povo não é de prestar contas dos atos, praticados em seu nome?

Estou visivelmente preocupado com a situação, e não é para menos, em virtude da experiência pessoal que já tive.

Quando o povo de Campo Largo honrou-me com o mandato de Prefeito, encontrei uma situação semelhante, e para dar-lhe solução enérgica, condizente, tive de sacrificar, em parte, o meu programa de obras.

Quando na Prefeitura o mesmo Prefeito Newton Puppi havia contraído, através da COHAB, um financiamento de Cr\$ 130.000,00 para obras de infra-estrutura. O contrato não previra prazo de carência, razão porque a amortização, os juros e a correção monetária passaram a ser pagos quase de imediato. O próprio Sr. Puppi chegou a pagar algumas prestações. O seu sucessor levou mais quatro anos a fazê-lo. Ao assumir eu, a Prefeitura, a dívida estava em Cr\$ 96.000,00 e, ao final do prazo, teria dobrado ou triplicado, o que estaria acima das forças do município. Com o sacrifício fácil de ser imaginado, reuni os recursos necessários e liquidei a dívida, da qual o BNH era o credor indireto.

Por causa disso, tive de impor um regime de grande economia, porque, sendo Prefeito sob a legenda do MDB, nunca poderia contar com a boa vontade e com o apoio material do Governo do Estado.

A bem da justiça, posso declarar, e o faço com alegria, pude contar com auxílio estadual somente quando o ilustre Deputado João Mansur exerceu, com interinidade, de dois meses, o cargo de Governador do Paraná, na qualidade de Presidente da Assembléia Legislativa.

Não é do meu feito o auto-elogio. Posso afirmar, porém, que com recursos somente do município, pude pavimentar, com paralelepípedo, dez quilômetros de ruas e logradouros públicos, construir a Estação Rodoviária, construir quatorze salas de aula na zona rural e dois grupos escolares no perímetro urbano, além de outro grupo escolar, este construído em convênio com a FUNDEPAR, além de inúmeras outras obras.

E digo com satisfação de termos deixado aquela Prefeitura, ao término da nossa gestão, com Cr\$ 780.000,00 em caixa. Sem ter qualquer compromisso de pagamento assumido.

Ora, se naquele tempo foi-me possível a realização de alguns empreendimentos públicos de vulto - e a recompensa do meu esforço eu a tive nas urnas de 1.978 - não se pode admitir que a atual administração, em meu município, permaneça na exclusiva dependência dos recursos do Estado. Em que, pois, estão sendo aplicados os recursos municipais?

Faço caloroso apelo à alta direção do BNH, e ao próprio Governo do Estado, no sentido de que sustentem a ultimação do financiamento de Cr\$ 155.000.000,00 desejados pelo Prefeito Newton Puppi, e destinado a um programa que nada tem de urgente nem de prioritário.

As duas cerâmicas podem continuar onde estão por mais algum tempo. A desapropriação deverá vir quando a Prefeitura dispuser de recursos próprios, e não à custa do encalacrimento do erário público municipal e da espoliação dos contribuintes campolarguenses.

Pelo fato de conhecer a honradez e o espírito público dos vereadores, estou certo de que, ao tomarem conhecimento da verdadeira finalidade do financiamento do BNH, hão de retirar igualmente a sua aprovação.

O povo já não agüenta a pesada carga de impostos. Por que sobrecarregá-lo ainda mais?

Srs. Deputados. Venho à tribuna fazer este apelo, não só aos Diretores do BNH, e ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, como também de um modo especial a Sua Excelência Deputado Fabiano Braga Côrtes, Presidente desta Casa.

Tenho certeza que Sua Excelência tem admiração por aquele município, e o faz com razão, isto porque em todos os pleitos Sua Excelência teve grande parcela de votos e por esta razão faço um pedido para que nos irmanemos num só pensamento, para o bem daquele município e do seu povo.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. CARLOS ZANLORENZI — Com todo o prazer.

O Sr. Erondy Silvério — Lamento interrompê-lo, mas Vossa Excelência está trazendo hoje a esta Casa, um assunto que sobre determinado enfoque, é muito importante.

Não estou absolutamente e não tenho procuração para defender a administração do Prefeito de Campo Largo, não é da minha linha política, embora seja do meu partido. Mas, o drama que vive o Prefeito de Campo Largo é o mesmo dos outros duzentos e oitenta e nove municípios do Paraná. Não adianta nós criticarmos os prefeitos por investirem todo o dinheiro da arrecadação municipal no pagamento do funcionalismo. Não adianta.

O que nós precisamos, antes de mais nada é conscientizar as bancadas da Arena e do MDB no Congresso Nacional, para que pressionem o Governo Federal no sentido de reformular a sistemática tributária do País, devolvendo aos municípios brasileiros a faculdade de cobrar os seus próprios tributos, as suas taxas, enfim, de ter a sua arrecadação própria.

Veja o caso do Município de Curitiba, que está assim totalmente com as mãos amarradas, a sua arrecadação é também quase toda para pagar o funcionalismo. Vive de participação em fundos especiais e de favores, quando a arrecadação do ICM no Município de Curitiba era suficiente para que o Prefeito pudesse fazer uma administração humana e ao encontro das necessidades da população.

Então, eu não quero defender o Prefeito Newton Puppi absolutamente, embora saiba que ele é um homem de largo prestígio em Campo Largo, porque sempre que se candidata vence eleições, como Vossa Excelência também o é, mas isto é um caso comum a todos os municípios brasileiros. O que nós

precisamos, isto sim, é lutar para uma completa reformulação tributária no País.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência concedeu-me. O SR. CARLOS ZANLORENZI — Eu que é agradeço o seu aparte.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança da ARENA.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 49/79, que autoriza a devolução de processos à consideração da Comissão de Tomada de Contas quando independem de deliberação do Poder Legislativo e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica a Comissão de Tomada de Contas autorizada a devolver à origem, os processos submetidos à sua consideração e que independam de deliberação do Poder Legislativo, após seu exame e aprovação.

Parágrafo único — A Secretaria da Comissão de Tomada de Contas, encaminhará mediante protocolo aos interessados, os processos aprovados e manterá, devidamente arquivados, até o término da legislatura, os pareceres, juntamente com as respectivas Atas das quais constem as suas aprovações.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 60/79, (Mens. Govern. n.º 55/79), que aprova Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e municípios nominados, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, e os seguintes Municípios: Nova Aliança do Ivaí, 30/05/78; Guaraqueçaba, em 30/11/78; Abatiá, Guaraci e Ivaí, em 14/03/79, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 61/79, (Mens. Govern. n.º 57/79), que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o

Município de Medianeira, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PRODOPAR. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 61/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 30 de janeiro de 1.979, ao Convênio n.º 114/78, celebrado em 15 de setembro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, e o Município de MEDIANEIRA, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 62/79,, (Mens. Govern. n.º 63/79), que aprova Termo Aditivo ao Convênio n.º 254/78, de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cerro Azul, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a absorção de mão-de-obra ociosa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 62/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 14 de fevereiro de 1.979, ao Convênio n.º 254/78, de auxílio e cooperação, celebrado em 21 de dezembro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, e o Município de CERRO AZUL, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante a absorção de mão-de-obra ociosa.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que não haja interrupção nos trabalhos de asfaltamento da estrada que liga Toledo a Santa Helena. — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaríamos de deixar expressa a nossa manifestação de apoio a este requerimento, até porque aquela região há tantos anos carente de acesso e da comunicação mais condizente com o desenvolvimento que lá existe, está realmente clamando para que esta obra que já está paralisada há muitos dias, efetivamente acelere-se e que não seja paralisada a sua construção.

Toledo - Santa Helena, passando por distritos pujantes, como Ouro Verde, Luz Marina, São José, até chegar a Santa Helena, representa efetivamente a aspiração de um inúmero contingente humano e de uma das áreas mais produtivas do Paraná. E nós não entendemos portanto, que nesse instante,

principalmente diante da realidade que lá existe, e do Município de Santa Helena, município este que até hoje não possui um acesso rodoviário asfaltado, estejam estas áreas todas carentes de uma rodovia mais condizente com o seu desenvolvimento. E no entanto, a obra realizada, na situação em que se encontra, cada vez mais deixa aquele pessoal, aquele povo que lá habita, mais preocupado com a sua própria situação e inclusive para levar os produtos que tão bem produzem, aos mercados consumidores.

E por esta razão, damos integral apoio a esse requerimento e oxalá as autoridades governamentais entendam a necessária celeridade à conclusão dessa obra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Continua em votação. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Rivabem, ocorrido no Município de Campo Largo. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cecília Silka Fiankovski, ocorrido na cidade de Campo Largo. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Waldyr Pugliesi e José Tavares, constante do expediente de sessão

anterior, solicitando o envio de expediente ao IPE, visando a instalação de uma agência do referido órgão na cidade-sede do Município de Rolândia. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos democratas que, no Congresso Nacional, votaram pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, em número de 195, entre eles 12 arenistas. — Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (**Pela Ordem**) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se (**Pausa**). Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (**Pausa**).

5 Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 27, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 97, 98 e 108/79;
2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 84/79, 85, 86, 88 e 92/79.

Levanta-se a Sessão.